



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 01 | Ano 2018

**Ivaldo Marciano de F. Lima**

# ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: representações, problemas e perspectivas

CONTEMPORARY AFRICA: representations, problems and perspectives

---

**RESUMO:** O ensaio parte de uma avaliação das representações da África nas mídias, problematizando as perspectivas que pressupõem a existência de uma homogeneidade do continente africano. Ao longo do texto são discutidas questões relacionadas aos problemas políticos e econômicos da contemporaneidade, as recorrentes imagens estereotipadas e as heranças “coloniais”, dentre outras questões. O ensaio também traz breve discussão sobre obras que discutam o continente africano em língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações da África; Homogeneidade; Diversidade.

---

**ABSTRACT:** The essay begins with an evaluation of the representations of Africa in the media, problematizing the perspectives that presuppose the existence of a homogeneity of the African continent. Throughout the text are discussed issues related to contemporary political and economic problems, recurring stereotyped images and "colonial" inheritances, among other issues. The essay also brings a brief discussion about works that discuss the African continent in Portuguese language.

**KEYWORDS:** Representations of Africa; Homogeneity; Diversity.

## Site/Contato

### Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Marcos Carvalho Lopes  
[marcosclopes@unilab.edu.br](mailto:marcosclopes@unilab.edu.br)

## ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: Representações, problemas e perspectivas

Ivaldo Marciano de França Lima<sup>1</sup>

É possível afirmar que a África seja um “lugar” pobre ou inviável para se viver, como nos fazem acreditar mídias brasileiras em geral, produções cinematográficas hollywoodianas e revistas em quadrinhos? Pode-se dizer que estamos nos referindo a “um país” sempre em guerra e repleto de pessoas vivendo na miséria? Pode-se afirmar que se trate de um continente sem perspectivas, destituído de um futuro que lhe assegure continuidade? Bem, no que tange a primeira pergunta faz-se necessário observar o sentido da ideia de pobreza, posto que em relação aos recursos naturais ou matérias primas diversas, a África dispõe de verdadeiros tesouros, alguns dos quais ainda pouco explorados. Caso o sentido de pobreza esteja vinculado à ideia de cultura em seu sentido mais pleno, pode-se afirmar que na África se encontram um sem número de línguas, práticas, costumes, fazeres e saberes suficientes para convencer qualquer incauto que pense o contrário. E neste sentido, a riqueza existente no continente africano é infinitamente maior do que os seus problemas materiais.

No que diz respeito à segunda questão, pode-se afirmar que de fato a África vem sendo insistentemente representada de forma negativa por diferentes mídias, notadamente os jornais e o cinema hollywoodiano (CASTEL, 2007). Contudo, a África não deve ser vista como sinônimo de guerras, tampouco “lugar” inviável e sem possibilidades de respostas para os diferentes problemas que enfrenta, e com isto respondo a terceira pergunta: a África terá um belo futuro, se os estados nacionais contemporâneos conseguirem resolver seus problemas estruturais. Além disto, por mais óbvio que se possa parecer, pensar (ou representar) a “África” numa dimensão homogênea é algo estranho aos homens e mulheres que vivem neste continente, e que não se reconhecem como dotados de uma igualdade tácita ou explícita para aspectos no âmbito das práticas e costumes culturais. Estes homens e mulheres construíram (e constroem!) civilizações, mitos, religiões, sistemas filosóficos diversos, e isto se consubstancia na multiplicidade de línguas, que queiramos ou não, expressam as diferentes visões de mundo existentes no continente africano.

---

<sup>1</sup> Prof. Adjunto da UNEB DEDC II, membro permanente do PPGEAFIN (UNEB) e coordenador do PPGEAF lato sensu UNEB DEDC II. [ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Neste sentido, manter uma perspectiva homogeneizadora de que o continente africano é “habitado por negros” ou por qualquer outra dimensão que o leve ao homogêneo é incorrer no equívoco apontado por Hernandez (2016) de reduzir uma extrema diversidade de práticas, costumes e visões de mundo ao tom da pele, que necessariamente não é o mesmo entre os povos que vivem na África. Creio que a afirmativa de Hernandez (2016) em demonstrar as dificuldades de se referir à África no singular é perfeitamente compreensível, dado a extrema diversidade em todos os aspectos relacionados ao continente africano. Entretanto, eis aqui a questão central deste breve artigo: o que justifica esta forte construção imagética e discursiva, que joga o continente africano para os lugares da “miséria”, “ausência de valores civilizacionais” e homogeneidade no que tange às identidades e práticas culturais? O que justifica e baliza estas representações?

Bem, antes de tudo, por mais que procure e pesquise não encontro nada que seja comum ou universal na África, no que diz respeito às práticas e costumes culturais.<sup>2</sup> A África e grande parte dos Estados nacionais da atualidade são construções recentes, operada em larga medida pelos discursos e práticas dos colonizadores, o que não anula ou retira o protagonismo dos seus povos em construir ressignificações que lhe assegurem o estabelecimento de sentidos que permitam dispor o continente para novas identidades. E estas, no que diz respeito às fronteiras contemporâneas, ganham novos sentidos para os homens e mulheres deste continente.

Aliás, faz-se necessário mesmo refletir sobre os processos de construção imagética e discursiva deste espaço (a África), tomando como referência os caminhos percorridos por Said (2007) no que tange ao Oriente, e Muniz (2009), quando em análise sobre o Nordeste do Brasil. Neste sentido, o trabalho de Mudimbe (2013), descreve a África como uma invenção posterior ao século XV. Isto deve nos autorizar também a afirmar que se até o século XIX o continente africano (na sua dimensão homogênea) foi construído como o berço da selvageria e negação da civilização, que tem nas narrativas “tarzanídeas” sua maior expressão, não era confundido como palco da fome e miséria.<sup>3</sup> Este processo de construção discursiva de uma África famélica, com imagens de crianças, homens e mulheres esqueléticos, iniciou-se com a guerra de Biafra no final dos anos 1960. Esta foi, por sinal, a primeira com imagens reproduzidas ao vivo. Os jornais e revistas do mundo ocidental estamparam suas capas com retratos de crianças magérrimas, mortas por inanição, inaugurando um “espetáculo das imagens da miséria” que viriam povoar o imaginário das mídias ocidentais a partir de então. Esta relação da África, numa perspectiva

---

<sup>2</sup> MBEMBE, Achille. Los Europeus deben abandonar el eurocentrismo. In: Made for Minds. <https://www.dw.com/es/los-europeos-deben-abandonar-el-eurocentrismo/a-19278922>

<sup>3</sup> Tarzan é a maior expressão destas narrativas que tem como ápice a África como sinônimo de imensa floresta (repleta de animais selvagens e homens primitivos), vista de modo homogêneo. Vários personagens de histórias em quadrinhos, como Jim das Selvas ou o próprio Tarzan de Edgar Rice Burroughs, podem ser apontados como exemplos. Destoando um pouco desta acepção de herói das selvas, mas seguindo a narrativa de um homem europeu que mora entre os “selvagens” pode ser visto em Fantasma. Sobre Fantasma, ver: LIMA, 2017.

homogênea e sinônimo de fome, foi retroalimentada pelo contexto da guerra civil ocorrida na Etiópia, ao longo dos anos 1980, e depois pela Somália e Sudão, processos ocorridos nos anos 1990.

Apenas reiterando um argumento que esbocei desde o início desta narrativa, para quaisquer aspectos que sejam encetados, seja no campo da natureza ou das práticas culturais, a África não se enquadra numa perspectiva homogênea. Caso observemos o continente como um todo, poderemos – eu e você, prezado leitor – constatar que há regiões em que a água é escassa, enquanto em outras existe abundância suficiente para que alguns países africanos estejam inclusos no denominado G7 da Água (SERRANO; WALDMAN, 2007). Ou seja, se a Unidade Africana dispuser de força e legitimidade entre os Estados nacionais, o problema da escassez hídrica que acomete grande parte dos países deste continente poderá ser facilmente resolvido. Óbvio que tal saída não depende unicamente da vontade expressa de alguns dos seus governantes ou instituições políticas, como se pode observar em diferentes trabalhos que discutem a geopolítica do continente.

Há regiões que estão vivendo conflitos armados, a exemplo do Mali, Sudão do Sul ou da Somália, mas também há aquelas que estão em pleno desenvolvimento econômico, com eleições e troca de governos, sem guerras e paz absoluta. Estamos tratando de um continente em que a diversidade prevalece, e tal questão não pode ser esquecida. Na África, a palavra de ordem chama-se diversidade. E isto não nos autoriza a corroborar com discursos que tomam o continente como sinônimo das catástrofes, repletas de “meninos soldados” e que traz a inviabilidade institucional como mote para subsidiar análises que afirmem a necessidade das intervenções das antigas potências coloniais nos conflitos existentes em alguns países africanos. Creio que antes de tudo, tomar o continente como diverso, plural, repleto de experiências históricas distintas em todos os aspectos seja um bom começo para início desta desconstrução de se tomar o continente como famélico, selvagem e homogêneo.

### **África: muitas possibilidades. Um breve panorama atual.**

Em alguns casos, no que tange aos recursos minerais, algumas regiões do continente africano possuem determinados tipos de minérios que quase não são encontrados em outras partes do mundo, a exemplo do Coltan. A República Democrática do Congo – RDC, por exemplo, possui aproximadamente 90% das reservas deste minério que serve para, dentre outras coisas, fazer componentes indispensáveis para a construção de satélites, fabricação de telefones móveis, computadores portáteis, GPS, dentre outros aparelhos indispensáveis para a vida moderna. Infelizmente, no entanto, a grande concentração deste minério não se traduziu em

riqueza para o Congo ou os congolese. <sup>4</sup> Esta situação se repete em outras regiões, ricas em petróleo, diamantes ou recursos de outra ordem. A África, nesse sentido, também é rica em contradições e as representações simplificadas em nada ajudam a entender esta realidade, complexa o suficiente para deixar de cabelos brancos qualquer estudioso minimamente sério.

As questões acima colocadas, relacionadas com a riqueza e viabilidade do continente africano, ganharão contornos mais complexos e dramáticos se levarmos em conta as representações construídas ao longo dos tempos tanto pela Antropologia e as teorias racialistas do século XIX, bem como pelas ideias dos pan-africanistas das primeiras gerações. Em relação aos primeiros, os problemas da África estão diretamente relacionados com o fato de serem os povos deste continente “atrasados” em todos os aspectos. São, por assim dizer, “inferiores biologicamente”, e por isso “devem ser colonizados”, de modo que alcancem os níveis civilizatórios em que vivem os ocidentais, notadamente europeus e norte-americanos. Grosso modo, foi este o mote que justificou o processo posto no contexto que levou à realização da Conferência de Berlim, tendo o “fardo do homem branco” como consigna máxima deste período. Estas foram algumas das principais justificativas que subsidiaram as invasões perpetradas pelas potências europeias ao continente africano no período posterior à Conferência de Berlim.

Parte das ideias que subsidiaram a formação do pan-africanismo também não fogem das representações negativas, sobretudo quando viam na África um grande vazio cultural, mesmo que de forma implícita. A saída para este continente, diziam os primeiros teóricos deste movimento, residia na “união de todos os africanos” bem como na de seus “supostos descendentes espalhados pelas Américas”. A África não teria saída a partir de si, mas com a intervenção de forças externas, no caso, os negros das Américas, dotados da língua anglo-saxônica e da religião cristã reformada (APPIAH, 1997). Mesmo considerando uma resposta às teorias raciais da época, os principais teóricos dos movimentos pan-africanistas não conseguiam enxergar as diversidades do continente africano como algo positivo. E foi este o contexto em que foram esboçadas as teorias que redundaram na proposta de criação de uma “pátria dos negros de todo o mundo”, essencializando e biologizando o que era tão somente do terreno da cultura.

Caso pensemos em responder as questões acima colocadas, devemos não só fugir das respostas já esboçadas como também das representações que grassam diferentes mídias e meios de comunicação que constroem uma África atrasada, selvagem, primitiva, caótica e permeada por doenças e males de toda a ordem. Qualquer indivíduo minimamente bem intencionado que se dispuser a buscar estas respostas nos filmes produzidos pela indústria cinematográfica hollywoodiana, ou mesmo nos principais jornais e revistas de nosso país irá se deparar com as

---

<sup>4</sup> A RDC enfrenta forte crise política. As guerras movidas no interior do país ainda atormentam milhares de almas, gerando as velhas cenas de refugiados, mortes e sofrimentos. Sobre a crise na RDC, ver: TSHIYEMBE, Mwayila.

piores notícias possíveis. Diferentes gerações de brasileiros foram contaminadas pelas representações existentes nas revistas em quadrinhos, filmes e desenhos animados, bem como pelas insistentes notícias negativas do continente africano nos jornais diários, periódicos semanais, e revistas em quadrinhos (OLIVA, 2007; LIMA, 2014).

A este quadro de informações e representações negativas, acrescentem-se diversas obras literárias que mostram uma África selvagem, primitiva, exótica, habitada por homens e mulheres vivendo em sociedades sem lei e destituída de ordem e valores civilizatórios (SEAL, 2010; HOFMANN, 2011). Em alguns casos, como no romance *Malícia Negra*, os governantes e os governados são corruptos, semelhante ao que nos é dito por alguns estudiosos e economistas europeus que informam ser a má governança o principal problema do continente africano (WAUGH, 2003). Evidente que a aprovação da lei 10.639 em nosso país trouxe à tona contextos em que narrativas literárias construídas sob outros focos, mais positivas e próximas do que ocorre do outro lado do Atlântico, propiciaram a publicação de livros de autores diversos, a exemplo de Adichie, 2008; Maaza, 2009; Achebe, 2009; 2011; 2013; Thiong’o, 2015 (a); 2015 (b) e Mwangi, 2015 que nos permite pensar e representar o continente africano e seus diferentes espaços sob outros pressupostos e perspectivas.<sup>5</sup> Estes, para além de outros tantos que não foram aqui citados, focam narrativas parciais de determinados povos, regiões ou países do continente, que contribuem para mostrar outra possibilidade de representá-lo, sem cair no lugar comum da homogeneidade essencializada.

O trabalho de Adichie, indicado acima, para além dos demais possíveis de serem citados, mostra parte das dinâmicas ocorridas no que a historiografia nomeou por Guerra de Biafra, e seus diferentes processos internos, constituídos sob a tessitura de um conflito que durou entre os anos de 1967 a 1970, e que teve suas raízes na complexa formação do Estado nacional nigeriano.<sup>6</sup> Este trabalho mostra também ser possível apresentar os diferentes espaços do continente africano sem que sejam utilizados os clichês subsumidos a uma homogeneidade esquizofrênica. Assim também pode ser entendido o belo romance escrito por Maaza, que traz à tona os aspectos relacionados com o período que antecede a deposição do imperador etíope, Hailé Selassié.<sup>7</sup> Thiong’o, e Mwangi, a partir de visões distintas, mostram um pouco do que permeou o contexto da independência do Quênia, também sob o espectro da especificidade de uma dada espacialidade, e do rompimento com a ideia da generalização de uma África essencializada. Outros trabalhos poderiam ser citados, trazendo informações sobre diferentes

---

Transição de alto risco. In: Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil, vol. 05, mai/jun, 2011, p. 27 – 31.

<sup>5</sup> Esta afirmativa não exclui ocorrências anteriores, bem pontuais. A Editoria Ática publicou no início dos anos 1980 cinco volumes da coleção História Geral da África, e também, a partir do final dos anos 1970, a série de autores africanos, reunindo vinte e sete títulos ao todo.

<sup>6</sup> Sobre a guerra de Biafra, ver: FORSYTH, 1977; OLIVEIRA, 2014.

<sup>7</sup> Sobre a deposição de Hailé Selassié, e a ascensão do DERG, ver: KAPUSCINKSY, 2006 (a); VISENTINI, 2012.

regiões do continente africano, contudo, o argumento aqui esboçado diz respeito ao fato de que tal profusão de obras literárias só foi possível depois da promulgação da lei 10.639, viabilizada pela aliança entre movimentos sociais negros e estudiosos do continente africano.

As grandes causas dos males que afligem a África, segundo tais discursos repetidos ad nauseam em mídias voltadas ao grande público, estão diretamente relacionadas com os “problemas de maus governos”, e não por que as economias sofrem com problemas que vão desde a intervenção externa das potências europeias, passando por desajustes provocados pelas trocas desiguais, dentre outras questões (M'BOKOLO, 2007). Estes problemas, alguns dos quais decorrentes da artificialidade das fronteiras herdadas da colonização, são em grande medida naturalizados e postos como de inteira responsabilidade daqueles que sofrem com os efeitos das antigas potências e dos mecanismos econômicos que operam contra países dependentes da venda de produtos de pouco valor agregado.

Mas o que é mesmo a África? É possível explicá-la a partir da História, disciplina que traduz os fenômenos a partir dos conceitos? (VEYNE, 1976; KOSELLECK, 2006) Existe mesmo uma África possível de ser traduzida e entendida a partir de suas diferentes variáveis, ou estamos fadados a referir-se a este pedaço do globo como o “local” desprovido de inteligência, civilização e que serve apenas para fornecer matérias primas para as sociedades europeias e das Américas? Bem, creio que devemos estabelecer doravante alguns pressupostos básicos, prezado leitor, de modo que tenhamos condições mínimas para discorrer sobre alguns aspectos existentes no continente africano.

Antes de tudo, este trabalho comunga com a ideia de que o tempo contemporâneo do continente africano tem como marco fundante o contexto inaugurado pela Conferência de Berlim, seguido das invasões perpetradas pelas potências europeias. Mesmo considerando as divergências com aqueles que vêem nos anos 1930 o início do tempo contemporâneo, a Conferência de Berlim colocou o continente africano em uma situação radicalmente diferente da que existia até então. Não quero com isso retomar a ideia de que a história da África dependa dos europeus, em última instância, apenas ressalto que a Conferência de Berlim apontou para um novo momento, em que a quase totalidade dos países africanos perderam suas independências para as potências coloniais. Este contexto deu início ao redesenho das espacialidades, dividindo povos em países distintos, riscando alguns destes do mapa e criando outros a partir das correlações de força postas (MACKENZIE, 1994; WESSELING, 1998; HOCHSCHILD, 1999; BRUNSWCHWIG, 2006; BOAHEN, 2010). Alguns povos, neste quesito, foram divididos em vários países, a exemplo dos kel tamacheques, que ainda hoje lutam por seu Estado nacional, por eles nomeados como Azawad (MAHFOUZ, 2014; 2015).

Ressalto também o fato de que o termo “partilha”, de forma inconsciente, leva-nos a achar que o processo se deu a partir de uma reunião entre as potências europeias dividindo o continente africano, e que após isso tudo se resolveu com a mais absoluta calma, com os povos da África recebendo os colonizadores de braços abertos na mais perfeita passividade, aludindo ao que M’Bokolo denominou por “mitos científicos”.<sup>8</sup> Creio que este conceito de “partilha”, para além dos seus significados, precisa ser revisto como o fez Joseph Ki-Zerbo ao propor em seu lugar a “roedura”, como forma de mostrar que o século XIX representou apenas uma continuidade do processo iniciado no século XV (KI-ZERBO, 2009). Este conceito formulado por Ki-Zerbo também nos permite entender os colonizadores de outro modo: a roedura é obra de roedores... É preciso rever todos os conceitos que aludem a representação ideológica da passividade africana, como forma de se entender melhor a História, notadamente aquela ocorrida no continente africano. E aqui é importante destacar as filiações de Ki-Zerbo com Braudel, a partir da percepção da História como dotada da longa duração. Compreender a Conferência de Berlim como o desfecho das grandes navegações iniciadas no século XV é, contudo, excelente possibilidade de mostrar que os eventos não se explicam por si, ou por dimensões temporais reduzidas. Ki-Zerbo nos legou a melhor maneira de entender os acontecimentos ocorridos na segunda metade do século XIX e as invasões ocorridas após a Conferência de Berlim. Não esquecer também de sua insistência em mostrar sua visão como dotada do que ele nomeava por “perspectiva africana”, ou seja, uma concepção de História que trazia os elementos de alguém que “falava” a partir de um determinado lugar (BOTELHO et al, 2016).

Sobre o uso dos conceitos e da periodização do tempo histórico, importa encetar algumas questões. Por mais que alguns estudiosos não discutam as diferenças entre a periodização aceita para a História da África em relação a que foi consagrada por uma historiografia mais tradicional e conservadora, importa afirmar que o tempo contemporâneo do continente africano é inaugurado nos anos 1880 e não no século XIX com a revolução francesa.<sup>9</sup> A História, enquanto campo do conhecimento, não pode se basear em pressupostos que apontem para a homogeneidade dos fatos e acontecimentos ocorridos nas diferentes partes do mundo. A África possui diferentes especificidades, e isto justifica a periodização proposta na coleção História Geral da África.<sup>10</sup> Importante questão para a compreensão da periodização da história da África

---

<sup>8</sup> M’BOKOLO, 2009. Sobre o contexto prévio da Conferência de Berlim, importante conferir o trabalho de Boahen, em que mostra um fato inegável, de que todos os soberanos do continente africano resistiram de todas as formas, às invasões perpetradas pelas potências europeias. BOAHEN, 2010, p. 01 - 20.

<sup>9</sup> Não existem muitos trabalhos disponíveis sobre a África contemporânea, questão que de imediato já suscita dúvidas sobre os motivos que justifiquem tal situação. Entretanto, dos poucos títulos existentes no mercado, alguns se destacam por sua qualidade. Dentre outros títulos, ver: SARAIVA, 1987; KI-ZERBO, 2002; HERNANDEZ, 2005; PENNA FILHO, 2009; KHAPOYA, 2015. Ver também: JAUARÁ, 2017,

<sup>10</sup> De forma implícita, os estudiosos reunidos na coleção História Geral da África nos remetem para uma periodização que destoa da que foi consagrada na historiografia tradicional eurocêntrica. Em relação a esta, apenas

diz respeito a rejeição dos conceitos de “colonial” e “pré-colonial” entendidos como períodos para toda a história do continente. Esta divisão, utilizada infelizmente por muitos professores de história Brasil afora, consagra os povos europeus como marco para o estabelecimento do tempo histórico. Também importa destacar que a divisão quadripartite não serve para a África.<sup>11</sup>

Outra questão de suma importância diz respeito ao entendimento da história da África como algo diretamente relacionado ao que ocorre no continente africano. Diferentemente do que pensam alguns estudiosos da atualidade, que ainda mantêm filiações aos pressupostos do pan-africanismo e que vêem os negros como uma unidade essencializada, como se estes fossem um só povo unido por laços biológicos, compartilho da ideia de que a história da África não pode e não deve ser confundida com a história dos negros e mestiços do Brasil. Os candomblés, maracatus, escolas de samba e afoxés, dentre outros elementos, fazem parte da história do Brasil. É possível discutir uma história conectada às representações, tomando os discursos sobre o continente africano a partir dos terreiros de candomblé ou dos maracatus pernambucanos como olhares de brasileiros que reivindicam laços com o continente africano. É exequível também estudar as formas como as diferentes mídias representam o continente africano entre os brasileiros, mas tais recortes não devem ser vistos como história da África. Aqui se compreende que tais aspectos sejam vistos como “representações da África no Brasil” e não como “história da África” propriamente dita.

Os problemas teórico-epistemológicos decorrentes das heranças do pan-africanismo ainda pairam entre nós. O conceito de diáspora, por exemplo, que remete diferentes povos do continente africano para uma categoria no singular “africanos”, precisa ser mais bem estudada. Creio que este conceito, é uma analogia por demais perigosa em relação à história dos judeus, não se sustenta sem que se tomem os pressupostos pan-africanistas como postulados, compreendendo os povos do continente africano numa dimensão reduzida aos elementos da natureza. Em suma, é preciso rever os conceitos e as formas de se reportar ao continente africano como uma unidade essencializada, ou como o local de origem dos “negros”. A África é muito mais do que uma unidade homogênea e indistinta.

### **África contemporânea: pequena quantidade de obras em português**

---

há a coincidência com a idade antiga e a contemporânea, com recortes distintos. A idade antiga para a África tem fim no século VII, momento da chegada dos árabes no norte do continente, ao passo que a idade contemporânea, conforme já esbocei, se inicia nos anos 1880, com o contexto das invasões das potências colonialistas. Sobre a idade antiga do continente africano, ver: MOKHTAR, 2010. Sobre a idade contemporânea, ver: BOAHEN, 2010; MAZRUI; WONDJI, 2010.

<sup>11</sup> Sobre questões relacionadas com a periodização e o ensino de História da África, ver: LIMA, 2016.

Para além dos problemas relacionados com as concepções existentes entre os africanistas brasileiros, uma questão merece ser objeto de profunda reflexão. Os trabalhos sobre a História da África como um todo não são muitos, apesar dos avanços existentes com a lei 10.639/2003 a que me referi anteriormente. E neste sentido, os poucos trabalhos existentes em nossa língua sobre o tempo contemporâneo também se justifica pelo fato de que a África, enquanto objeto de estudo, atrai (quando atrai!) muito mais pelos seus temas do passado, sobretudo as questões ligadas ao Tráfico Atlântico e a escravidão dele decorrente. O que explica a pequena quantidade de títulos específicos sobre a história contemporânea do continente africano em língua portuguesa? E o que justifica tal escassez? Somente alguém bastante ingênuo não levaria em conta as heranças de um passado recente, quando a maior parte dos estudiosos via a África como destituída de história (HEGEL, 1985). Mais ainda, um continente fadado tão somente a uma etno-história, ou ao exercício das descrições etnográficas dos antropólogos. A pequena quantidade de obras sobre a História da África contemporânea reflete o pouco interesse que o tema desperta entre os historiadores devido a diferentes questões.

A África contemporânea, infelizmente, atrai mais a atenção dos jornalistas ávidos em discorrer sobre os problemas “crônicos” do continente, sobretudo a miséria, fome, doenças e guerras. Estes são os temas em especial retratados em alguns trabalhos sobre a África contemporânea.<sup>12</sup> O continente africano possui problemas estruturais, alguns dos quais de difícil resolução, mas isso não nos autoriza a afirmar que tudo se resume em doenças, guerras, escassez de recursos hídricos, alimentos, corrupção e etc. Ora, se “na África” existem guerras e conflitos, também há as experiências de Estados nacionais construídos a partir das diferenças de inúmeros povos convivendo em um único país (não se esquecer das unidades centralizadas sahelianas, dentre outros exemplos); se há a fome e a seca, também existem grandes mananciais de água doce que podem vir a se constituir em grande poder de barganha por parte de alguns países, a exemplo da RDC e Angola.

### **Os problemas da África: as imagens e as “heranças coloniais”**

---

<sup>12</sup> Uma excelente oportunidade para conferir um trabalho feito por um jornalista, que em alguns momentos deixa a discrição de lado e mostra seus preconceitos através de piadas e construções textuais mal feitas, pode ser vista em: ZANINI, 2009. A crítica que cabe a este trabalho não pode ser generalizada para outros produzidos por jornalistas, a exemplo de KAPUSCINSKY, 2002; 2006. (b). Nestes, o autor em questão, jornalista de ofício, mostra reflexões que em certa medida contribuem para o entendimento do continente africano e das histórias dos diferentes povos e espaços que nele vivem. É importante também destacar as especificidades de suas obras, que tangenciam com rara sutileza as fronteiras entre a história e o texto jornalístico, questões postas em debate principalmente em seu trabalho sobre a revolução islâmica iraniana de 1979 (KAPUSCINSKY, 2012), em que o autor, para mostrar o contexto aos leitores, retorna no tempo para mostrar a formação da Pérsia e do seu povo, e de como o islã foi adaptado aos contextos e circunstâncias locais. Kapuscinsky pode ser tomado como exemplo positivo para um jornalista que

As imagens do continente africano divulgadas recorrentemente nos jornais, filmes hollywoodianos e outras mídias nos fazem atentar que as guerras e a fome são uma constante. Mas, o que estas imagens podem nos dizer, para além das denúncias de que elas não correspondem ao que efetivamente existe no continente africano? Antes de tudo, importa entender que as guerras não devem ser vistas como simples resultados das “diferenças tribais”. Constituem-se em uma infeliz combinação entre as heranças coloniais, pautadas nas fronteiras herdadas da Conferência de Berlim, e questões contemporâneas, a exemplo da intervenção das potências europeias, interessadas na exploração das riquezas minerais do solo africano. Importa destacar que o conceito de “guerra étnica”, largamente utilizado nestas mídias, também corrobora para a construção de um olhar naturalizador.

Tais imagens serão mais bem entendidas se compreendermos a relação existente entre a desestruturação dos sistemas públicos de saúde da maior parte dos países africanos, com a imposição dos ajustes econômicos do Banco Mundial e do FMI, contribuindo para o aumento do surto de AIDS ocorrido ao longo dos anos 1990. Este é um contexto de fato enfrentado por grande parte dos países africanos, mas nem de longe corresponde a uma imagem naturalizada, pois, para além da fome, doenças e guerras há saídas, a exemplo da luta contra o apartheid na África do Sul, que culminou na construção de um Estado nacional de grande amplitude.

Por ocasião da realização de outra pesquisa, lendo jornais pernambucanos entre os anos de 1960 a 2000 (um período para lá de longo!), percebi que nas notícias publicadas nos periódicos que compulsava, estava contida uma representação do continente africano e da sua história contemporânea.<sup>13</sup> Pude acompanhar, por alguns meses durante o período citado, a Independência da Argélia e a saga de Ben Bella, a discussão sobre o apartheid na África do Sul e suas relações com a peleja pelos direitos civis nos Estados Unidos durante a década de 1960, as lutas pela independência de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé, a catástrofe do Congo (o assassinato de Patrice Lumumba), a guerra em Biafra, em Uganda e a ascensão de Idi Amin Dada, assim como a tomada do poder por Robert Mugabe na antiga Rodésia, a guerra da Etiópia com a Eritreia, bem como a fome deste país e da Somália. Também estavam presentes os vários conflitos ditos “étnicos” decorrentes das independências, baseadas nas fronteiras demarcadas pela Conferência de Berlim, a luta pela libertação de Mandela e o surgimento da AIDS, dentre outros assuntos.

Nessa configuração sobressaía, para mim, que ao longo dessas décadas se construiu uma imagem da África pautada na guerra, na fome e no caos. A África era sinônimo de desordem,

---

envereda pela escrita, mesmo considerando os limites historiográficos dos seus textos. Sobre Kapuscinsky, ver: BERGER, 2007; SAMPIO, 2009.

<sup>13</sup> Esta pesquisa a que me referi foi para compor minha tese de doutoramento. Entretanto, chamou minha atenção as constantes referências negativas sobre o continente africano nestas notícias.

fome, AIDS, miséria, guerras e acredito que ainda hoje esta é a imagem predominante nos jornais, apesar de alguns avanços decorrentes do crescimento dos Estudos Africanos enquanto campo disciplinar. Não posso afirmar que essa construção imaginária da África seja “mentirosa”, mas não tenho como, após uma leitura dos jornais tão extensa no tempo, deixar de afirmar que esta é “uma África” construída historicamente. É claro que grande parte das notícias que li não eram produzidas pelos jornalistas brasileiros, mas procedentes de grandes agências internacionais. Impunha-se, portanto, pensar como essas agências de notícias contribuíram para construir uma imagem da África e de sua história. As imagens em questão refletem os olhares e interesses externos à África!

No tocante as imagens da África contemporânea, construídas por várias mídias ao longo do século XX, devem ser entendidas como escolhas de interesses em colocar o continente como o “lugar” da desordem e do caos, numa perspectiva homogeneizada. A África é muito mais complexa do que é mostrado pela mídia em geral. **A fome, por exemplo, pode ser pensada a partir da combinação entre problemas naturais e políticos, como a seca e as guerras**, e não ocorre em todo o continente, por mais óbvio que isto possa parecer (MARSHALL, 2018). Isto não me autoriza a afirmar que esta reflexão da fome enquanto resultante de tais variáveis sirva para outros contextos. Sua ocorrência, entretanto, tem sua existência posta como algo natural, constituindo-se, desta forma, em quadro preferido pelas mídias. É neste sentido que se busca entender a África, suas dificuldades e perspectivas a partir de um olhar que leve em conta sua história, cotejando as razões para compreender os problemas estruturais que persistem em diversas regiões do continente africano, atingindo diversos países e inviabilizando alguns destes. Aqui lanço a afirmação de que a construção da África numa dimensão homogênea e marcada pela fome é inaugurada na cobertura midiática da Guerra de Biafra, questão a que já me referi anteriormente.

Deve-se questionar, nesse sentido, se é possível entender as guerras existentes no continente africano, tão somente atribuindo às mesmas o caráter de conflito étnico (MUNANGA, 2004). Aliás, importa saber se este conceito de “étnico”, usado de forma tão naturalizada para os povos do continente africano, tem sua serventia e valor, e se este não traz consigo a perversa marca da ciência permeada por requintes ideológicos, que estabelece lugares e hierarquias para práticas, costumes e espaços. É imprescindível analisar as imagens construídas sobre a África por diversas formas de expressão cultural no Ocidente, notadamente as agências de notícias e o cinema. Tais imagens são, em larga medida, resultados de estereótipos ou do real desconhecimento de realidades sócio-econômicas decorrentes das “heranças coloniais”, principalmente as guerras. Supostamente, no dizer de alguns estudiosos, o maior problema da

África está diretamente relacionado com o conflito entre as atuais fronteiras dos Estados nacionais e a desarmonia destas com os territórios culturais.

Nas entrelinhas desta afirmação, há uma sutil construção ideológica de que os povos do continente africano só viabilizariam seus Estados se estes constituíssem unidades étnicas. “Um povo e um Estado” seria a lógica de tal ponto de vista. Ora, as experiências de unidades centralizadas na história do continente africano são para lá de vastas. Os reinos (ou unidades centralizadas!) de Gana, Mali e Songhay, por exemplo, não constituíam unidades étnicas, mas verdadeiros mosaicos de diferentes povos. De modo sub-reptício, há nesta compreensão a ideia de que os povos deste continente brigam sem motivos, apenas por que são de “tribos diferentes”. E se a ideia da viabilidade dos Estados estivesse associada à inexistência de outros povos no interior de suas fronteiras, talvez a Somália fosse o Estado mais rico no continente africano. Infelizmente, contudo, a situação deste país não é das melhores, e mais uma vez nos deparamos com a história enquanto questão primordial para o entendimento dos fenômenos e eventos.

Outra questão para lá de problemática está ligada à questão das heranças coloniais. Os problemas atuais, para alguns, relaciona-se com os males e catástrofes do passado. Achille Mbembe (2001), em excelente trabalho sobre as identidades existentes no continente africano, mostra que os problemas do passado devem ser assumidos como parte das escolhas destes povos. Tanto o Tráfico Atlântico, como as invasões ocorridas ao longo dos anos 1880 até o início do século XX tiveram os povos africanos como protagonistas. Mbembe vai mais longe e afirma que a celebração destes eventos catastróficos, numa dimensão vitimizadora, oculta o papel que algumas pessoas e Estados tiveram na participação de tais catástrofes. Sua tese é de que as catástrofes que se abateram sobre o continente africano – leia-se: tráfico Atlântico e invasões coloniais – não aconteceram sem a anuência de homens e mulheres do continente africano. Na pior das hipóteses, é preciso admitir que estes foram co-participes de tais catástrofes, como nos leva a pensar Oliver (1994). Entretanto, o que de mais grave pesa sobre o continente africano, notadamente nas economias dos países, está diretamente relacionada com as trocas desiguais e o conceito de África útil.

### **Problemas políticos e econômicos da contemporaneidade: a África útil e as trocas desiguais.**

O conceito de África útil pode ser definido como a troca de recursos monetários (as conhecidas “ajudas financeiras”) por ajustes nas economias de muitos dos Estados nacionais africanos. Esta situação ocorre devido às pressões da comunidade internacional e do Banco Mundial sobre estes países. Estas exigências para a concessão de empréstimos empurram estes países para uma situação delicada, de modo que algumas economias deficitárias e dependentes

dos recursos externos não encontram outra saída que não seja a submissão a tais ajustes. Segundo M'Bokolo (2007), a questão da **África útil** e dos ajustes impostos pelo Banco Mundial aos países africanos repercutiu no desmantelamento dos sistemas de saúde e educação, argumento utilizado por Ki-Zerbo (2006) ao descrever os principais problemas enfrentados pela maior parte dos países do continente.

Em nome de tais ajustes e de um suposto apaziguamento das consciências do Ocidente, preocupados com as “situações de calamidade” que ocorrem “na África”, as ajudas monetárias foram condicionadas a tais exigências, que no geral aprofundaram os problemas existentes nas economias destes países, tornando-os cada vez mais dependentes de tais recursos. Outro grave problema decorrente destes ajustes refere-se à ausência de estruturas democráticas e um falso bi-partidarismo, conforme Ki-Zerbo (2006). A necessidade de ajustes para o recebimento de “ajudas” gerou a formação de eleições fraudulentas, bi-partidarismos artificiais, dentre outras questões (como a presença da China, a continuidade de “certo” colonialismo francês e etc). Evidente que houve reações a este contexto, a exemplo do que M'Bokolo (2007) denominou de “fase lírica”, em que movimentos de massas em vários países foram às ruas, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, exigindo reformas e mudanças. As exigências para que os sistemas político e econômico do continente africano se convertam em modelos ocidentais constituem-se em uma das muitas causas dos problemas enfrentados atualmente por alguns destes países. Resta-nos esperar, no entanto, que outros movimentos semelhantes ao que ocorreram no norte da África, no caso, no que a imprensa ocidental nomeou por “Primavera Árabe”, tomem os destinos dos problemas enfrentados pela maior parte dos povos deste continente. Infelizmente, os resultados das manifestações levadas a termo no Egito e Tunísia, entre os anos de 2010 a 2012, não se traduziram em melhorias na qualidade de vida dos povos, mas nem por isso estas experiências devem ser postas como inúteis e invalidadas (GUIDÈRE, 2012).

Importa dizer sobre esta questão que além dos ajustes impostos de fora para dentro às economias baseadas na produção de gêneros agrícolas, há as questões relacionadas com a corrupção e o mau uso de recursos públicos por parte de alguns governantes (MUNANGA, 1993). Tal situação é agravada com as trocas desiguais, praticada entre os países africanos e os Estados industrializados do hemisfério norte. Os países africanos, em geral, tendem a ter sua principal produção voltada ou para gêneros agrícolas, ou para o envio das riquezas minerais em seu estado bruto, ou ambos ao mesmo tempo. E compram, dos países desenvolvidos, tecnologias para os quais não dispõem muitas vezes de profissionais a altura. Leve-se em conta, nesse contexto, que o comércio das riquezas minerais da forma como vem sendo feito não tem propiciado saídas em curto prazo para os Estados que possuem seus subsolos ricos em diamante, ouro, petróleo e outras riquezas. Os governos não possuem tecnologia ou vontade política para

fazer a prospecção e exploração das riquezas minerais. Países como RDC, Serra Leoa e Angola, por exemplo, estão em cima de imensas riquezas, mas estas não estão a serviço de seus povos por inúmeras razões.

Percebe-se então, a partir destas breves linhas, que parte considerável dos problemas enfrentados pelos povos africanos vai muito além das imagens expostas nos jornais e nas telas de cinema. São em grande medida decorrentes da desestruturação dos estados nacionais da contemporaneidade e que estão relacionados com as exigências para uma África útil e com as **trocas desiguais** que segundo Munanga, Ki-Zerbo e Samir Amim constituem a nova sangria de recursos do continente africano (AMIM, S/D). O outro problema bastante polêmico relaciona-se com o que Franz Fanon denominou por “burguesia subdesenvolvida”. Para Munanga, as elites que tomaram a direção dos Estados nacionais recém emancipados não levaram a cabo as transformações que deveriam ter sido promovidas para que os jovens países pudessem diminuir o atraso tecnológico e econômico que possuem em relação aos estados do norte (MUNANGA, 1993).

Assim sendo, as dificuldades enfrentadas pelos países do continente africano decorrem de um encadeamento de problemas visceralmente relacionados, a exemplo dos surtos de fome, guerras e AIDS. Seu aparecimento e consolidação como epidemia de grandes proporções foi potencializado pelo desmantelamento dos sistemas de saúde e educação, em nome dos ajustes do Banco Mundial. Isto não significa dizer que a regra seja válida para todo o continente, pois, tomando Moçambique como exemplo, ainda há grande número de pessoas que recorrem à medicina tradicional. Muitos países do continente ainda enfrentam problemas neste aspecto, e não tiveram seus sistemas desmantelados por conta dos “ajustes” do Banco Mundial a que me referi.

### **Conclusão: a África vista como um continente**

Alguns estudos de caso são importantes para perceber a relação entre “grupo étnico”, “povo” e Estado, bem como o binômio “guerra” e “seca”, imprescindível para entender o fenômeno da fome em algumas regiões do continente. Além disso, importa discutir o afropessimismo e analisar as lutas contra o apartheid como construção de uma imagem positiva da África. Esta, por sinal, não deve ser vista apenas como “santuário” dos animais selvagens ou “lugar” dos povos exóticos e primitivos. A construção do Estado na África do Sul, por exemplo, indica caminhos a serem seguidos por outros povos e países, posto tratar-se de uma experiência que emerge enquanto possibilidade de convivência de povos múltiplos. Enfim, este trabalho tem como questão central o fato de que mediante os problemas e as perspectivas, a África

contemporânea é tributária do protagonismo de seus habitantes e que não se deve levar em conta as ideias de passividade ou de que estamos se referindo a um continente *sui generis* em relação a tudo o que é humano. **Nesse sentido, são válidas as palavras de Elikia M'Bokolo e Joseph Ki-Zerbo, que a todo tempo aludem ao protagonismo dos povos, como questão primordial para o entendimento da história, em suas diferentes acepções.**

## REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **A flecha de deus**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

ACHEBE, Chinua. **A paz dura pouco**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio Sol Amarelo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AG ADNANE, Mahfouz. **Ichúmar: da errância à música como resistência cultural Kel Tamacheque (1980-2010). Raízes históricas e produção contemporânea**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. PUC, São Paulo, 2014.

AG ADNANE, Mahfouz. Reflexões sobre a emergência da “questão Tamacheque” em 1963-1964 sob Modibo Keita. **Revista África(s)**, v. 02, n. 04, p. 21-32, jul./dez, 2015.

AMIM, Samir. A África hoje – na visão de Samir Amim – **Comunicação & Política**, vol. VII, n. 2, p. 61 – 73.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERGER, Christa. A verdade histórica, poética e transcendente do jornalismo de Kapuscinski. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. IV, No 1, p. 178 – 185, 2007.

BOAHEN, Albert Adu. (Org.). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 01 - 20.

BOTELHO, Guilherme; BARBOSA, Muryatan Santana; SAPEDE, Thiago Clemêncio. A perspectiva africana de Joseph Ki-Zerbo. In: MACEDO, José Rivair (org). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p. 11 – 139.

BRUNSWCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CASTEL, Antoni. **Malas notícias de África**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Quotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- FORSYTH, Frederick. **A história de Biafra. O nascimento de um Mito Africano.** Rio de Janeiro: Record, 1977.
- GUIDÈRE, Mathieu. **O choque das revoluções árabes. Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão.** Lisboa: Edições 70, 2012.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Introdução à história da filosofia – Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HERNANDEZ, Hector Guerra. Afinal, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento como proposta curricular. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs). **Nossa África. Ensino e pesquisa.** São Leopoldo: Oikos Editora, 2016, p. 31 - 40.
- HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOFMANN, Corinne. **A massai branca. Meu caso de amor com um guerreiro africano.** São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- JAUARÁ, Manuel. **Análise do Processo de Transição Democrática na África Lusófona.** Curitiba: Editora CRV, 2017.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano: minha vida na África.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas viagens com Heródoto.** São Paulo: Cia das Letras, 2006. (b).
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **O imperador.** São Paulo: Cia das Letras, 2006. (a).
- KAPUSCINSKI, Ryszard. **O Xá dos Xás. A queda do último Xá do Irã, que pretendia transformar seu país numa superpotência.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- KHAPOYA, Vincent. **A experiência africana.** Petrópolis: Vozes, 2015.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Volume I.** Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Volume II.** Mem Martins, Publicações Europa-América, 2002.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África? Entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Selva, povos primitivos, doenças, fome, guerra e caos: A África nos cinemas, nas histórias em quadrinhos e nos jornais. **África (s)**, v. 1, n. 1, jan./jun, p. 81 – 105, 2014.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Uma experiência docente: reflexões sobre História da África e razões para desracializar o que nunca deveria ter sido racializado. **África(s)**, v. 3, p. 07-19, 2016.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Só tem guerras, fome e tribos primitivas: a África através das histórias em quadrinhos do Fantasma, Tintim e Soldado Desconhecido. **Revista Acadêmica Ntetembe do ISPT (Angola)**, v. 01, p. 207-225, 2017.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações - do século XIX aos nossos dias**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MAAZA, Mengiste. **Sob o Olhar do Leão**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MACKENZIE, J. M. **A Partilha da África. 1880 – 1900**. São Paulo: Ática, 1994.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia. 10 Mapas que Explicam Tudo o que Você Precisa Saber Sobre Política Global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África, vol VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 01, p. 172 – 209, 2001.

MOKHTAR, Gamal (Org.). **História Geral da África, Vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

MUNANGA, Kabengele. África - Trinta anos de processo de independência. **Revista USP**, n. 18, vol. 03, p. 100 – 111, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica, poder e direitos humanos. **Thot África**, nº 80, p. 19 – 30, 2004.

MUNIZ, Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

MWANGI, Meza. **Mzungu**. São Paulo: Edições SM, 2015.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África. Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 – 2005)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. O papel da guerra de Biafra na Construção do Estado Nigeriano: da Independência à Segunda República (1960 – 1979). **Monções**, v.3, n.6, jul./dez., p. 228 – 253, 2014.

- OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- PENNA FILHO, Pio. **A África contemporânea. Do colonialismo aos dias atuais**. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SAID, Edward. **Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SAMPIO, Dolors Palau. Kapuscinski: guia para uma análise crítica das notícias sobre conflitos internacionais. **Comunicação & Educação**. Ano XIV, No 2, p. 61 – 68, 2009.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **Formação da África contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SEAL, Mark. **Na África selvagem. Uma emocionante história real**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África. A temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.
- THIONG'O, Ngũgi wa. **Sonhos em tempo de guerra**. São Paulo: Ed. Globo, 2015 (b).
- THIONG'O, Ngũgi wa. **Um grão de trigo**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015 (a).
- TSHIYEMBE, Mwayila. Transição de alto risco. In: **Dossiê Le Monde Diplomatique Brasil**, vol. 05, mai/jun, 2011, p. 27 – 31.
- VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, p. 64 - 88.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas. Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- WAUGH, Evelyn. **Malícia negra**. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- WESSELING, H. L. **Dividir para dominar - A partilha da África 1880 – 1914**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Revan, 1998.
- ZANINI, Fábio. **Pé na África. Uma aventura do sul ao norte do continente**. São Paulo: Publifolha, 2009.

---

Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Adjunto da UNEB DEDC II, membro permanente do PPGEAFIN (UNEB) e